

## Feminismo e lesbianismo

LENISE SANTANA BORGES\*

**H**oje ainda é comum ver pessoas torcendo o nariz ao ouvir a palavra feminismo. Dizem que é uma palavra forte. Quando é possível aprofundar a conversa e ir atrás dos sentidos envolvidos no incômodo gerado pela palavra, o que se descobre é a associação entre o feminismo e o lesbianismo. Dentro dessa lógica, toda feminista seria lésbica e toda lésbica seria feminista. Mas será que é isso mesmo? Seria simples se assim fosse. Pretendo expor aqui algumas idéias que circundam esses dois movimentos tentando perceber possibilidades de diálogo e tensões entre os mesmos.

Para o feminismo a problematização da sexualidade é central. Por meio do questionamento da naturalidade do sexo e da heterossexualidade, ele proporcionou argumentos para uma crítica à ideologia vigente, bem como em termos muito reais promoveu o apoio grupal e a constituição de redes entre as mulheres lésbicas. Nesse sentido, ele pôde abrigar e fazer convergir interesses de mulheres que não se encontravam nos modelos estereotipados apresentados pelas regras sociais. Ao problematizar os rígidos papéis atribuídos a mulheres e homens, descortinou um horizonte mais heterogêneo e diverso das práticas sexuais. Assim, o feminismo acabou se tornando um caminho para a construção de outras narrativas que vão além das narrativas que afirmam que o biológico, tido como equivalente “natural” para heterossexualidade, é o único destino para as mulheres. O lugar da sexualidade é tratado pelo feminismo como um lugar de desconstrução de idéias, práticas sociais, regras, imagens, apontando para a necessidade de conceber a sexualidade como uma construção e não simplesmente como um fenômeno biológico.

Entretanto, isso não foi sempre assim. Só a partir dos anos 70 é

Foto extraída do livro: *A Mulher e o Sexo*, de Sheila Kitzinger, pág. 07



que foi possível para o movimento feminista ressignificar e redefinir sua forma de olhar o lesbianismo. Antes disso, não havia condição para transformações, pois o que imperava eram os discursos médicos e um tipo de literatura que mantinha uma imagem bastante limitada e deformada sobre o lesbianismo. O processo de abertura sexual, alavancado pela revolução sexual, permitiu a emergência de práticas sexuais diversas, novos repertórios, possibilitando o reexame dos sentidos atribuídos ao lesbianismo até então. Além disso, a emergência de outras vozes como a voz do movimento homossexual, que veio público questionar visões estereotipadas sobre homossexualidade, incluindo a das lésbicas, trouxe poderosos contrapontos a teorias que buscavam explicar as origens da homossexualidade por meio de argumentos naturalistas e universais.

Mulheres lésbicas que tinham ficado escondidas encontraram no feminismo dos anos 70 interpretações que colocavam a vivência lésbica como positiva, oferecendo condições de questionamento das bases da heterossexualidade com-

pulsória. A ruptura com o silêncio e a clandestinidade, o encontro de mulheres com experiências similares, foram vitais para a releitura da experiência lésbica, o que possibilitou que ela pudesse se sobrepôr às idéias fabricadas nas teorias, e que tivesse uma legitimidade própria.

Mas e o diálogo entre o movimento feminista e o movimento lésbico, como vem acontecendo atualmente? O movimento feminista, como todo movimento social, é composto por várias tendências e sua trajetória tem sido marcada por aproximações e silenciamentos no que toca à sexualidade lésbica. De forma irregular, ora ele vem pautando na sua agenda política as questões sobre as mulheres lésbicas, ora não. O tema dentro da agenda do feminismo não era considerado aglutinador e era visto com restrições, tendo inclusive sofrido interditos dentro da própria agenda. Assim como o movimento feminista, o movimento lésbico não é uníssono e tem agenda própria que vai além das pautas feministas. A crítica feita por alguns movimentos (de mulheres negras, mulheres do terceiro mundo e lésbico) de que o

*Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade.*

*Monique Wittig*

*Nunca fui capaz de descobrir exatamente o que é o feminismo; só sei que as pessoas chamam-me feminista sempre que expresso sentimentos que me diferenciam de um capacho.*

*Rebecca West*

movimento feminista privilegiava uma mulher branca, heterossexual e de classe média, tem servido como alerta e questionamento de pressupostos universalistas, que tratam da “mulher” de um único ponto de vista, não deixando emergir a diversidade e a pluralidade que a compõem.

O compromisso ético com a pluralidade sexual e com os direitos não pode ficar só na retórica, mesmo sabendo-se que historicamente o diálogo entre feministas e lésbicas tem sido polarizado e não isento de tensões. Mas poderia ser de outra maneira? Penso que não. Ele, como qualquer outro campo discursivo e de práticas sociais, é um lugar onde estão presentes relações de poder, um campo exposto a constantes negociações e reformulações, um campo político. Nesse sentido, é preciso repensar o político, para que tal tensão seja produtiva em aproximar esses dois movimentos e possibilitar a solidariedade entre eles.

\* Lenise Santana Borges, doutoranda em Psicologia Social (PUC/SP), professora do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás e co-fundadora do Grupo Transas do Corpo.

# Nosso corpo e nosso afeto nos pertencem: diálogos sobre direitos sexuais entre feministas e lésbicas\*

MARYLUCIA MESQUITA\*\*

Construir uma agenda coletiva e continuada de discussão e debates acerca dos direitos sexuais de lésbicas é contribuir para desconstrução do paradigma da heterossexualidade compulsória como algo natural, e, nesse sentido, se apresenta como um dos desafios para o movimento feminista na atualidade. Afinal, mesmo tendo considerado a sexualidade e a liberdade sexual como princípios de luta, no feminismo a discussão esteve articulada, predominantemente, ao campo das demandas/necessidades reprodutivas, à vivência heterossexual.

No início dos anos 1980, era comum a preocupação de feministas em enfatizar a identidade não necessariamente lésbica. Argumentavam que não se tratava de se considerar a lesbianidade um problema, mas faziam questão de demarcar a não generalização. Sob vários ângulos se pode compreender o “excesso” de cuidados por parte de algumas feministas a esse respeito, mas compartilho do entendimento de Ávila quando afirma que “isso acabava criando apenas uma explicação social, sem o enfrentamento adequado desse ‘estigma’ e do que ele representa para a sociedade (...) Além de não enfrentar a questão lésbica, penso que o sujeito político feminista não tem ainda um discurso de defesa do lesbianismo. Existe até uma fala positiva em relação à questão da homossexualidade masculina, mas não do lesbianismo” (2001:07-08). Nessa mesma linha de raciocínio, Charlotte Bunch (1996) destaca uma possível contradição no interior do

movimento feminista: ao tempo que advoga por uma agenda de libertação da heterossexualidade compulsória de base patriarcal e contribui para elaborações conceituais e políticas que impulsionam o erotismo entre mulheres, também termina por deixar escapar resquícios homofóbicos quando se identifica os grandes obstáculos que têm as mulheres lésbicas em garantir suas reivindicações nos encontros internacionais.

Por outro lado, a lesbianidade ainda se constitui um fenômeno pouco estudado e a nossa organização enquanto lésbicas feministas, no Brasil, ainda é frágil e carente de maior visibilidade social, apesar de avanços como, por exemplo, a presença significativa de lésbicas nas Paradas da Diversidade Sexual, nas caminhadas... Há avanços, mas a articulação entre grupos/ organizações lésbicas e destas com os demais sujeitos políticos envolve tensões e sutilezas que, por vezes, obstaculizam a construção de agendas políticas comuns para além do jurídico-formal. Outra questão refere-se ao distanciamento entre a luta de mulheres e de homens homossexuais, apesar de ambos compartilharem a opressão exercida pela homofobia e questionarem a família heterossexual e patriarcal.

Incorporar a liberdade de orientação afetivo-sexual, particularmente a lesbianidade, na agenda política do movimento feminista contribui para o fortalecimento do movimento lésbico feminista enquanto sujeito político. Possibilita reconhecer que a sexualidade possui uma dupla



**29 de agosto: Dia da Visibilidade Lésbica**

dimensão: privada e pública e contribui para garantir a radicalidade que constitui o movimento, relacionando os princípios de autodeterminação, autonomia e controle sobre o próprio corpo ao debate em torno da diversidade sexual. Trata-se de “desenvolver uma teoria específica e radical para a sexualidade se quisermos conquistar direitos sexuais amplos, visto que a sexualidade tem suas próprias regulações e hierarquias” (Rubin apud Gonçalves, 2002:87). Afinal, se num dado momento histórico foi necessário separar opressão de classe e opressão de gênero para compreender as particularidades das violações cotidianas vividas pelo segmento feminino, há que se reconhecer que apesar de ser o conceito de gênero a categoria de análise privilegiada para

o feminismo, que tem contribuído para políticas mais igualitárias, tal categoria em si torna-se insuficiente para explicar as desigualdades que geram a opressão sexual. Compartilho do entendimento de Gayle Rubin de que o feminismo não se converte automaticamente em teoria da opressão sexual. Há particularidades entre gênero e desejo erótico, tornando-se essencial analisar separadamente gênero e sexualidade.

## Bibliografia:

- ÁVILA, Maria Betânia. Os Direitos Sexuais devem ser uma pauta constante do feminismo In *Jornal da Rede Saúde* nº 24 – dezembro/2001.
- ÁVILA, Maria Betânia e GOUVEIA, Taciana. Lesbianidade e Cidadania In *Bocas no Mundo – Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. ANO I. Nº2. julho de 2003.*
- BUNCH, Charlotte. IN ROSENBLUM, Rachel. *Unspoken rules. S.I., s.ed., 1996.*
- GONÇALVES, Eliane. *Gozar o direito de gozar: sobre a pauta dos direitos sexuais como direitos humanos das mulheres In AGENDE (Ações em Gênero, cidadania e desenvolvimento) – Curso Nacional de Advocacy Feminista em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos/Marlene Libardoni (coord.) – Brasília: AGENDE, 2002.*

\* Este projeto, financiado pelo programa GRAL 2004, pretende possibilitar de forma continuada o diálogo/ confronto de idéias e práticas entre 10 mulheres lésbicas e 10 educadoras feministas sobre os direitos sexuais com foco para a liberdade de orientação sexual, contribuindo para que tanto o Fórum de Mulheres de Pernambuco como a Rede Feminista de Saúde – Regional/PE passem a pautar os direitos sexuais em sua plataforma de ação política, levando em consideração as demandas/necessidades/ desejos de mulheres lésbicas.

\*\* Lésbica e feminista. Bolsista do Programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança – GRAL, turma 2004. Mestre em Serviço Social pela UFPE e coordenadora das DIVAS – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual, em Recife/PE.

**FAZENDO GÊNERO**

Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia  
Goiânia-Goiás-Brasil – 74.840-090  
Tel.: 55 (62) 248-2365 / Telefax: (62) 248-1484  
fazendogenero@transasdocorpo.com.br

[www.transasdocorpo.com.br](http://www.transasdocorpo.com.br)

## Apoio:

- Fundação MacArthur
- Fundação Ford
- International Women's Health Coalition

## Conselho editorial:

Érica Melo, Pedro Plaza Pinto,  
Priscila Marília Martins e Wilza Vilela  
**Editoria:** Eliane Gonçalves, Joana Plaza  
Pinto e Lara Satler  
**Redação:** Lara Satler  
**Revisão:** Joana Plaza Pinto e Lara Satler  
**Colaboração:** Elcimar Dias Pereira, Lenise  
Santana Borges, Marta Rovey de Souza e  
Marylúcia Mesquita  
**Editoração:** Carla de Abreu (62-223.0566)

As opiniões presentes nas entrevistas  
ou nos artigos publicados são de  
responsabilidade de suas autoras e autores.

# O comportamento reprodutivo das adolescentes brasileiras

MARTA ROVERY DE SOUZA\*

Estima-se que haja atualmente mais de 1 bilhão de pessoas com idades entre 10 e 19 anos, o que representa quase 20% da população mundial. No Brasil, há cerca de 35 milhões de adolescentes de 10-19 anos (PNAD, 1999) o que representa 21,7% da população total do país.

18% das adolescentes brasileiras de 15-19 anos já haviam iniciado sua vida reprodutiva;

- apenas 14% das adolescentes de 15-19 anos usavam algum método contraceptivo em suas relações sexuais;
- 1 em cada 3 adolescentes de 19 anos já esteve grávida alguma vez;
- 11% das adolescentes de 15-19 anos já tinham um filho e 49,1% destes filhos eram indesejados;
- 51% das adolescentes mães possuíam baixa escolaridade ou eram analfabetas;
- 9% das adolescentes da região Centro-Oeste tinham pelo menos 1 filho;
- Das mulheres que interromperam sua gravidez em serviços de aborto legal no município de SP, 48% eram adolescentes de até 19 anos;
- O parto representa a primeira causa de internação de adolescentes no SUS. Em todas as regiões do país esta realidade se repete, os percentuais são: Brasil: 80,3%, Centro-oeste 80,2%.

(Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – 1996).

As preocupações que a sociedade manifesta ter sobre o comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes está refletida na forma como a mídia, os estudos de opinião e as políticas públicas tratam do tema, colocando-o na maior parte das vezes como um problema social.

A opinião dos médicos, que chamam a atenção para os perigos da gravidez na adolescência (explicitamente fisiológicas, implicitamente morais e econômicas), não encontra muito respaldo entre adolescentes. Eles/as associam sua chegada a uma época em que as responsabilidades aumentarão de uma forma positiva sendo muitas vezes a paternidade e a maternidade a forma que possibilita seu ingresso rápido na categoria de pessoas autônomas e livres, com responsabilidades de adultos (Scott, 2002).

É importante ressaltar que a gravidez na adolescência não é uma quebra de tradição – a quebra de tradição está sim no fato das mulheres em faixas etárias consideradas mais apropriadas à reprodução estarem, a cada dia que passa, fazendo-o com menor intensidade, ou seja, a queda do número de filhos por mulher nesses grupos etários é significativa, motivada fundamentalmente pelos ganhos individuais que a sociedade perversamente apresentou às mulheres como sendo oriundas e passíveis de serem conquistadas através e exclusivamente da redução no número de filhos.

Bandeiras com lemas e promessas de liberdade, autonomia e melhoria das condições de vida foram utilizadas como estratégias para a adesão das mulheres, cenário este que em realidade não se alterou, até mesmo porque outras mudanças seriam necessárias para que tais possibilidades fossem dadas às mulheres.

Amplia-se no Brasil a proporção de mulheres em regime de fecundidade baixa, e se reduz a daquelas em regimes de alta fecundidade. O censo demográfico de 2000 reafirmou essa tendência declinante ao registrar um descenso de 11.9% entre 1991 e 2000 na fecundidade das mulheres brasileiras. Hoje no Brasil a taxa de fecundidade total é de 2,4 filhos por mulher. No entanto a questão é sabermos onde esse descenso ocorreu, ele foi uniforme em todos os grupos etários? Onde residem essas mulheres? Sua renda? Escolaridade? A tendência continuará ser descendente?

As perguntas colocadas acima e que se constituem no próximo desafio quando se pensa em direitos sexuais e reprodutivos das mulheres foram respondidas por Elza Berquó, em palestra proferida em maio último na cidade de Goiânia: “a queda da fecundidade foi mais acentuada naqueles grupos em que a fecundidade era mais elevada em 1991, ou seja, entre mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras e domiciliadas nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do país”.

Berquó mostra a influência das variáveis renda e escolaridade sobre a fecundidade, ou seja, nos

domicílios com maiores rendimentos mensais per capita e com 4 ou mais anos de estudo a fecundidade fica abaixo dos níveis de reposição: 2,1 filhos por mulher; no entanto, uma das questões mais importantes apontadas por Berquó e que nesse caso foi o que mereceu mais nossa atenção e consiste na motivação deste trabalho, reside nas tendências apontadas pelos dados de um rejuvenescimento da fecundidade no Brasil, ou seja, observa-se que o único grupo que apresentou taxas específicas positivas de fecundidade foi o grupo de 15-19 anos no período de 1991 a 2000, e isso aconteceu entre mulheres de áreas urbanas, mais pobres, menos escolarizadas e negras.

Esse cenário apresentado pela análise dos dados de fecundidade da população adolescente brasileira é fundamental para pensarmos em políticas públicas e serviços de saúde e profissionais que contemplem as necessidades desse novo perfil de mulheres que estão engravidando e tendo filhos.

O importante nessa discussão é deixar claro que a gravidez na adolescência constitui-se em um problema quando essa não for oriunda de um desejo/escolha dessa mulher e que em nenhum momento acredita-se que exista um ideal de número de filhos por mulher ou a melhor idade de tê-los. Acredita-se sim, que possa haver melhores e piores condições de viver tais momentos e tais escolhas de vida, e estas sim estão no âmbito do direito das mulheres e no campo de nossas ações e responsabilidades.

#### Referências:

SCOTT, R.P (2002) – Envelhecimento e Juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização as saúde reprodutiva in Antropologia, saúde e envelhecimento. Organizado por Maria Cecília Minayo e Carlos Coimbra Jr. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2002.  
Material divulgado em Conferência proferida por Elza Berquó, em 28 de maio de 2004, em Goiânia.

\*Professora da UFG e colaboradora do Grupo Transas do Corpo.

## Elza Berquó debate fecundidade pela primeira vez em Goiânia

O Grupo Transas do Corpo realizou no último 28 de maio, no auditório do IPTSP/ UFG, a conferência *O mapeamento sócio-econômico-regional dos níveis de fecundidade no país*, com a Profa. Dra. Elza Berquó. Renome nacional na área de população e visitando pela primeira vez a cidade de Goiânia, a professora titular aposentada da Faculdade de Saúde Pública da USP, PhD em Bioestatística (Columbia University), refletiu sobre o panorama atual do processo de queda da fecundidade no Brasil, apontando o papel desempenhado pelas variáveis sócio-econômicas no entendimento dos diferenciais ainda encontrados no país. Realizado para reafirmação das ações do 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher –, o evento foi apoiado pela Red de Salud de



las Mujeres Latinoamericanas e del Caribe e contou com a presença de professores/as de diversas áreas do conhecimento, alunos/as e ainda representantes de movimentos sociais e de mulheres.



## Universitárias: falem com suas próprias palavras

O Grupo Transas do Corpo realiza o curso *Nossas próprias palavras: formação feminista para universitárias*, que acontecerá de 25 a 30 de julho de 2004, no Serro Park Hotel, em Aragoiânia. O curso objetiva apresentar e discutir os diversos entendimentos sobre o feminismo e as implicações das relações de gênero na vida das mulheres, entre outras temáticas. As inscrições são gratuitas, com direito a hospedagem, alimentação e transporte.

## Formação feminista para lideranças femininas

O Grupo Transas do Corpo abre inscrições para o curso *MULTIPLICANDO FEMINISMOS: formação feminista para lideranças*, que acontecerá em cinco finais de semana, entre 27 de agosto e 20 de novembro de 2004, no Augustus Hotel, em Goiânia, Goiás. O objetivo do curso é aprofundar as discussões geradas no processo de formação e fortalecimento de identidades feministas, privilegiar conteúdos e reflexões fundamentais para a compreensão e construção de argumentos, especialmente os relativos ao protagonismo feminista e às relações de gênero. O período de inscrições vai de 23 de junho a 07 de agosto de 2004, sendo inteiramente gratuitas.

## O Transas Adolescentes se despede

O Projeto Transas Adolescentes, oferecido aos alunos e alunas da Região Sul do município de Goiânia, vai encerrar suas atividades em 2004. Durante o projeto, mais de 1.050 participantes conheceram o acervo bibliográfico e a videoteca do Centro de Estudos e Informação – CEI, acessaram à internet e discutiram temas relacionados à sexualidade e gênero. O projeto, que trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, se despedirá dos/as 128 participantes dos mini-cursos em um grande encontro, programado para novembro.



## O Grupo Transas do Corpo comemorou seus 17 anos lançando 6 publicações

Neste 30 de abril, o Grupo Transas do Corpo comemorou seu aniversário de 17 anos lançando seis publicações. O coquetel de lançamento, que aconteceu na Fundação Jaime Câmara, contou com a presença da equipe, parceiros/as e amigos/as. As publicações, elaboradas desde o ano passado, propõem a discussão de gênero, sexualidade e saúde da mulher. São elas: *Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências*; *Uma construção de saberes: avaliação institucional do Grupo Transas do Corpo*; *Entre linhas: para ler e escrever sobre sexo, prazer e poder*; *Saúde integral para as mulheres – Caderno 1, Pré-natal e parto em Goiânia: uma análise retrospectiva*; *Capacitando lideranças femininas para o enfrentamento das DST/AIDS*; *Fortalecendo lideranças femininas para o enfrentamento das DST/AIDS*.



## Curso de metodologia feminista

Entre os dias 10 e 13 de junho, a equipe interna e educadoras parceiras do Grupo Transas do Corpo participaram da formação *Metodologia feminista*, sob a coordenação de Taciana Gouveia, educadora feminista do SOS Corpo. O curso foi pensado para organizar e compartilhar a atuação do Grupo, investir na formação interna de toda a equipe, de forma a qualificar nossas ações educativas e fortalecer a perspectiva feminista.



# As heroínas saem do armário

ELCIMAR DIAS PEREIRA\*

O livro *As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea*, de Lúcia Facco é uma versão reduzida da dissertação de mestrado com o título *Boca no Trombone: literatura lésbica contemporânea*. O livro é dividido em dezenove capítulos, sendo todos em formato de cartas ficcionais que relatam questões sobre sexo, relações interpessoais e preconceito. O interesse da autora em abordar o tema sobre literatura lésbica foi despertado a partir da sua percepção sobre o silenciamento histórico do discurso lésbico em diversos espaços, inclusive no acadêmico. Ela inova no que diz respeito ao texto formal. Ao analisar autoras e literaturas lésbicas contemporâneas, busca fazer paralelos de histórias e abordagens relativas à identidade lésbica, destacando algumas obras, como: *As sereias da Rive Gauche*, de Vange Leonel; *Preciso te ver*, de Stella Ferraz; *O último dia de outono*, de Valeria Melki Busin; *Julieta e Julieta*, de Fátima Mesquita; *O poço da solidão*, de Radclyffe Hall.

O embrião de sua dissertação foi a análise do livro *O poço da solidão*, considerado um dos primeiros livros a apresentar uma “lésbica como heroína”. Apesar de muito polêmico até os dias de hoje, ele ainda é considerado como a “bíblia do lesbianismo”. Dentre as discussões levantadas e percorridas no livro, pode-se salientar: a questão histórica dos movimentos homossexuais; o movimento feminista; relações de gênero e o conceito de identidade.

É importante ressaltar que nos textos sobre homossexualidade escritos no Brasil há uma diferença cronológica da aparição destas literaturas. No que diz respeito aos homens, os textos sobre homossexualidade masculina existem desde 1960, ao passo que textos sobre lesbianismo surgiram apenas no final da década de 90. Neste livro, trabalhou-se com análise de textos considerados “baixa literatura”, pois buscam construir uma ideologia para positivar a identificação em relação à identidade lésbica. Pode-se verificar também que historicamente neste processo de construção das identidades homo-afetivas há o marcador de gênero, visualizado no estereótipo de uma relação homossexual estabelecida somente se um dos/as parceiros/as ocupar o “papel masculino”: o/a provedora, forte, ativo/a; e outro o feminino: passiva/o, frágil, dependente.

As relações homo-afetivas são consideradas uma afronta aos papéis sexuais vigentes e a homossexualidade feminina então, seria uma afronta “dupla” a sociedade heteropatriarcal. Há uma negação da possibilidade de



FACCO, Lúcia. *As heroínas saem do armário: literatura lésbica contemporânea*. São Paulo: GLS, 2004.

um relacionamento entre duas mulheres, já que não se levava (e ainda, não se leva) a sério a possibilidade de uma relação afetivo-sexual sem a existência do “falo”. Por exemplo, sobre a homossexualidade masculina existem referências desde a Grécia antiga, mas não podemos dizer o mesmo em relação à feminina. A autora chama ainda nossa atenção para a construção social da passividade sexual das mulheres, observando que até hoje a sociedade considera ser “natural” o homem “gostar mais” de sexo do que a mulher. Portanto, a luta lésbica se atrelaria à luta do feminismo, já que o fato de ser mulher implica em ser considerada um ser assexuado, incapaz e desprovido de desejos.

### Identidade lésbica

Falar de identidade para autora é transpor o conceito monolítico, no qual a lésbica teria uma identidade invertida. Ela acredita que a aceitação lésbica passa por uma idéia de diversidade e, portanto, seria impossível e desnecessário criar uma identidade lésbica. A visão atual é que exista uma idéia positiva da identificação homossexual sem que isto esteja cristalizado em uma essência última, universal e permanente.

Choro, alegria, tristeza, inquietação, curiosidade, tesão... foram os sentimentos presentes durante a leitura deste livro tão envolvente e revolucionário. A leitura deste trabalho contribuiu para reflexões em relação a questões de gênero, orientação sexual e identidade. Acredito que a autora trouxe novas possibilidades para discussões sobre o lesbianismo e sobre a mulher. Teceu na prática do seu trabalho acadêmico críticas sobre a própria academia, que como nossa sociedade, enquadra e rotula. Por ser uma literatura suave e objetiva, é de fácil acesso a qualquer pessoa que queira conhecer e estudar mais sobre o tema.

\* Psicóloga. Coordenadora do Projeto Transas Adolescentes.